



N.º 6

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2008

Aos vinte e um dias do mês de Agosto de dois mil e oito, reuniu, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Deliberação referente à declaração do interesse municipal do Projecto de Investimento a implementar pela empresa «E Operacional Estruturas Metálicas, S. A.», bem como sobre a concessão de isenção ou redução no pagamento do IMT e do IMI;**
2. **Deliberação referente à declaração do interesse municipal do projecto de Investimento a implementar pela empresa «EC Estruturas em Compósitos, S. A.», bem como sobre a concessão de isenção ou redução no pagamento do IMT e do IMI.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2º Secretário** – João Luís Latas Lázaro

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, José Palma Rita, Acácio Alferes (em substituição de Mafalda Troncho), Jorge Lourido, José Luís Cardoso, Paula de Deus, M.ª Augusta Pereira, Francisco Chalaça, Nuno Lino, Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, José Mateus, M.ª Margarida Fernandes, Joaquim Carrapato (em substituição de Baltazar Damas), Fernando Nunes, Jerónimo António (em substituição de Silvino Costa), Isidro Lobo, António Metrogos, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Galão, Felisberto Bravo, António Maduro e Domingos Chumbo (em substituição de José Calado).

Faltaram os(as) Senhores(as) José Russo, Ana Silva, Celino Silva, Jorge Gil, Jerónimo Mendes e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, José Barradas, Jesuína Pedreira e Carlos Reforço.

Aberta a sessão, e antes de se dar início à ordem de trabalhos, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr **Palma Rita** que, dada a semelhança do conteúdo dos pontos, sugeriu que ambos fossem apresentados e discutidos em conjunto e, posteriormente, votados separadamente.

De imediato, Sr. **Presidente** pôs a proposta à consideração do plenário, que a aprovou por unanimidade.



**PONTO 1 - DELIBERAÇÃO REFERENTE À DECLARAÇÃO DO INTERESSE MUNICIPAL DO PROJECTO DE INVESTIMENTO A IMPLEMENTAR PELA EMPRESA «E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS, S. A.», BEM COMO SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO NO PAGAMENTO DO IMT E DO IMI E PONTO 2 - DELIBERAÇÃO REFERENTE À DECLARAÇÃO DO INTERESSE MUNICIPAL DO PROJECTO DE INVESTIMENTO A IMPLEMENTAR PELA EMPRESA «EC ESTRUTURAS EM COMPÓSITOS, S. A.», BEM COMO SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO NO PAGAMENTO DO IMT E DO IMI.**

O Sr. **Presidente da CME** anunciou que se pretendia que as intenções de investimento em apreço, já traduzidas em acordos nos planos nacional e local, fossem consideradas Projectos de Interesse Municipal (PIN), pensando que a população de Évora já as reconheceria como tal, por várias razões, nomeadamente por visarem criar muitos postos de trabalho directos e indirectos, por possibilitarem a abertura da cidade a uma nova era de desenvolvimento industrial e tecnológico e por representarem a oportunidade para outros investimentos (de outras empresas).

Por outro lado, deu a conhecer que se tratava de um investimento proveniente do terceiro maior construtor aeronáutico a nível mundial, a EMBRAER, também considerado o primeiro na tipologia de aviões que fabrica (de médio porte e jactos privados), cuja administração garantiu a transferência das sedes sociais e fiscais das empresas em título de Lisboa para Évora, adiantando que a edilidade teve que avançar com a possibilidade de haver reduções significativas nos impostos municipais, para viabilizá-lo.

Mais à frente, explicou que solicitara a efectuação desta sessão porque o Governo iria decidir, no dia 28 de Agosto de 2008, os apoios a conceder aos projectos em causa, fazendo notar que a AME era o único Órgão com competência para os discutir e aprovar.

Por fim, explicitou que também se propunha que fosse concedida a isenção ou a redução no pagamento do IMI e do IMT aos atrás mencionados.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** expressou que o momento que se estava a viver representava o início duma nova era industrial para esta urbe, estando seguro que o investimento em análise irá atrair outros, não deixando de frisar que o mesmo era fruto da diplomacia económica da actual Administração Central e da tenacidade e estratégia do Executivo da CME, acrescentando que também era o reconhecimento de Évora como local de confiança para os grandes investidores internacionais. Neste contexto, pediu autorização ao Sr. Presidente (que lhe concedeu) para apresentar duas propostas de deliberação sequenciais, intituladas, respectivamente, «RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO E PARA A REGIÃO E ISENÇÃO TOTAL DE IMI E DE IMT AO PROJECTO DO SECTOR AERONÁUTICO A INSTALAR EM ÉVORA, PROPOSTO PELA EMPRESA “E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS, S. A.”» e «RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO E PARA A REGIÃO E ISENÇÃO TOTAL DE IMI E DE IMT AO PROJECTO DO SECTOR AERONÁUTICO A INSTALAR EM ÉVORA, ROPOSTO PELA EMPRESA “EC ESTRUTURAS EM COMPÓSITO, S. A.”», as quais leu integralmente e se apensam a esta acta.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Palma Rita**, que transmitiu que não se recordava de alguma vez o PSD se ter oposto à criação dum «cluster» aeronáutico em Évora, pelo contrário, lembrando que o mesmo sempre votou as recomendações propostas pelo PS nesse sentido, no



âmbito da AME, e que desenvolveu todos os esforços para pressionar o Governo com tal finalidade, tendo até feito recomendações à Vereação para que se empenhasse para o efeito. No entanto, recordou que apenas se assistira a uma breve introdução do Sr. Presidente da edilidade, não tendo esclarecido suficientemente, na sua ideia, o colectivo sobre o que era para votar, ou seja, o PSD pretendia saber do que era que se tratava em concreto, tendo, inclusivamente, argumentado que a única coisa que o referido Partido tinha conhecimento era aquilo que veio à luz na comunicação social, quando os seus autarcas estavam de férias, opinando que a Administração Municipal geriu com todo o secretismo o processo em apreço, mesmo no seu seio, acabando por formular as seguintes perguntas: *“Qual é o terreno onde se vão instalar as duas empresas?”* *“Se é o terreno que estava destinado à «Skylander» ou se é outro ao lado?”* *“Qual é o faseamento dos projectos?”* *“Em que ponto é que está o projecto «Skylander» e quando é que vão começar estes dois projectos?”* *“Quando é que começam estas fábricas a laborar e quando é que começa a fábrica da «Skylander»?”* *“Qual é o número de postos de trabalho na abertura de cada uma destas fábricas e qual é o número de postos de trabalho da fábrica «Skylander»?”* *“Quais são os impactos que algumas evoluções da economia podem trazer a alguns destes projectos?”* *“Quais são os impactos do aumento dos combustíveis no refreamento de alguns destes projectos, isto é, se o projecto está escalonado até 2015, é preciso saber se começamos «a todo o vapor» daqui por quatro meses ou se é em 2015 que atingimos a «velocidade de cruzeiro» e qual é o ritmo de execução destas coisas?”* *“A Câmara possui, certamente, estas informações, as quais têm que ser transmitidas à A. M., para que possa decidir se vota uma proposta de isenção ou de redução dos impostos e por quantos anos o pode fazer”*, comentou.

De imediato, fez alusão a alguns projectos que estavam previstos para Évora, em termos de investimentos públicos, e que estavam a ser refreados, dando o exemplo duma notícia saída no jornal «Público», a semana passada, em que o governo espanhol ainda não tinha dado resposta ao seu homólogo de Portugal sobre a intenção de concluir, ou não, o projecto do TGV, que ligará Lisboa a Madrid, julgando que o impacto do TGV nas intenções de investimento em análise poderá ser determinante.

Para acabar, e em relação às propostas apresentadas pelo Sr. R. Rosado, enunciou que elas poderiam ser votadas favoravelmente, desde que alguns parágrafos fossem excluídos, ou seja, se o PS pretendia ver aprovada uma deliberação por toda a Assembleia, não podia incluir um parágrafo de desafio à oposição, ao reconhecer o esforço do Sr. Presidente da autarquia, lembrando que todo o plenária o ouvia há cinco anos a falar do «Skylander», sem quaisquer resultados.

Por seu turno, o Sr. **Eduardo Luciano** tornou claro que era óbvio que a CDU não estava contra a que o município de Évora se empenhasse, seriamente, na criação de condições de atracção de investimentos e de postos de trabalho qualificados, não precários, pelo contrário, estava disposta a contribuir para o fosse necessário.

A seguir, referiu que as propostas em discussão eram algo sucintas, uma vez que o colectivo não sabia nada delas, como, por exemplo, não conhecia os conteúdos dos documentos assinados nos Paços do Concelho e o teor do protocolo supostamente assinado entre os representantes da EMBRAER e os Governos de Portugal e do Brasil, recordando que as certidões em causa apenas continham em anexo os pedidos das empresas do grupo e uma declaração de intenções e que o processo do «Skylander» não tem tido desenvolvimento, salientando até o facto de um representante desta última empresa se encontrar preso por fraude. Mais lembrou que a A. M. não sabia o valor de compra do terreno que a CME irá adquirir à Fundação Eugénio de Almeida para o efeito, tendo depois perguntado: *“Quem é que faz as infra-estruturas, o município ou o consórcio?”* *“E é*



*suportado por quem”? “É que o esforço é diferente. Faltam-nos aqui elementos de informação para podermos tomar uma decisão consciente. Nós queremos saber que tipo de garantias foram dadas à Câmara, de que estes projectos são mesmo para serem implementados e não são mais uns daqueles que são anunciados para daqui a quatro anos, até porque no espaço que vai até 2015 apanham, pelo menos, duas campanhas eleitorais e nós já estamos habituados a que isto seja um assunto recorrente”, acentuou.*

Também a propósito das propostas anunciadas pela bancada do PS, opinou que os dois primeiros parágrafos eram de auto-elogio e para colocarem, claramente, as outras forças políticas numa posição de as não poderem votar favoravelmente, porque uma coisa era estar-se ao lado do esforço do município para captar investimentos e outra era dizer-se que estes constituíam uns dos objectivos estratégicos do PS para o concelho, que tem vindo a executar desde 2001, como se antes deste ano nada tivesse sido feito, nomeadamente o aeródromo de Évora. Nesta medida, sustentou que os acima citados não faziam qualquer sentido e se a Vereação queria vê-las aprovadas por unanimidade teria de as reformular.

Posteriormente, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Nuno Leão**, que, reportando-se ao primeiro parágrafo do documento n.º 1 (**A criação de emprego e, em particular, de emprego qualificado em sectores de actividade respeitadores da qualidade ambiental, constitui um dos objectivos estratégicos do projecto socialista para o município de Évora, que tem vindo a ser executado desde 2001**), fez notar que o desemprego, de 2001 para 2008, cresceu 42% no concelho de Évora, sendo que a nível de licenciados aumentou 60%, achando que o dito deveria ser alterado, devendo-se escrever a realidade.

Paralelamente, participou que muitas pessoas suas amigas lhe têm perguntado se o projecto «Skylander» irá avançar e que tem respondido «Deus queira que sim», não deixando de recordar que o actual cinema do Centro Comercial Eborim vai fechar e que não existe animação e atractividade em Évora, pormenor que poderá levar os futuros quadros da aludida empresa a abalarem, quando os postos de trabalho acabarem, pensando que o Executivo deveria olhar doutra maneira para estes factores.

Por sua vez, o Sr. **Francisco Chalaça** proferiu que, na sua ideia, o que os referidos parágrafos diziam era uma coisa que estava no subconsciente de todos os presentes e que todos sabiam ser verdade, interrogando depois: *“Mas algum de nós acredita que em coragem de projectos com esta qualidade e esta dimensão não passa por uma grande intervenção e empenhamento do Sr. Presidente da Câmara”? “Alguém tem dúvidas que a disputa para localizar e ancorar investimentos desta natureza passa muito por aí”? “Desde o início deste mandato que tem sido sempre colocada, nos discursos do Sr. Presidente da edilidade, a ideia do «cluster» aeronáutico e de alavancar investimentos de alto potencial e é isso que está aqui a ser reconhecido”,* adiantou.

No que toca à intervenção do Sr. P. Rita, fez-lhe ver que a decisão da Assembleia era política, defendendo que era uma maneira de demonstrar que Évora está aberta a que investimentos desta índole se venham cá fixar, tendo, seguidamente, dito que não estava ali a discutir protocolos nem que estava muito preocupado com isso, mas sim para se pronunciar acerca da ordem do dia.

De imediato, o Sr. **António Murteira** asseverou que as propostas apresentadas pelo Sr. R. Rosado não podiam ser aceites pela bancada da CDU, porque só falavam em nome do PS, inquirindo se a criação de emprego qualificado não era também um dos objectivos do PCP e do PSD, tendo alvitado que o primeiro parágrafo do documento n.º 1 fosse excluído.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Quanto às referências elogiosas ao Sr. Presidente da CME, considerou-as excessivas, acrescentando que a ideia do «cluster» aeronáutico não era nova, na medida em que em 2001 ela já existia, isto é, já havia um trabalho realizado pela CDU no sentido do desenvolvimento do concelho.

Simultaneamente, declarou que a perspectiva do desenvolvimento dum «cluster» de aeronáutica no Alentejo poderia vir a ter três pólos, o de Évora, o de Beja, ligado ao aeroporto, e o de Ponte de Sôr, ressaltando que o Grupo Municipal da CDU apoiava a instalação, no concelho de Évora, das duas empresas em apreciação e a isenção dos impostos mencionados na convocatória.

Para terminar, disse que a CDU gostaria de chegar a um entendimento com o PS e o PSD para a elaboração de um documento comum, mas se isso não fosse possível a mesma apresentaria uma proposta própria.

Relativamente às contestações manifestadas pelas bancadas da oposição, o Sr. **Rui Rosado** pronunciou que elas não tinham cabimento, porquanto revelavam uma grande arrelia e uma dificuldade muito grande de reconhecimento da tenacidade da gestão socialista na CME para levar por diante tais investimentos, enfatizando que quando as coisas correm menos bem já não se verifica seriedade política e surge uma atitude de «bota abaixo».

Respondendo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da autarquia** explicou que foi propositada a ideia de que a A. M. lhe colocasse questões sobre as matérias em título e que todo o processo esteve submetido ao mais rigoroso sigilo até à véspera do anúncio feito pelo Governo, adiantando que teve reuniões com todos os Vereadores para lhes ir dando conhecimento dos avanços do dito e que só na última é que pôde comunicar o nome da empresa, porque até aí não sabia, frisando, inclusive, que o Executivo teve que assinar um documento, em que qualquer fuga de informação teria como consequência o abandono do projecto, ou seja, se saísse uma notícia a dizer que a EMBAER procurava investir em Évora, isso teria repercussões no valor das suas acções nos mercados internacionais.

Por outro lado, especificou que haviam 75 hectares previstos no PDM para o efeito, acoplados ao aeródromo, e que já existia acordo com a Fundação Eugénio de Almeida (única proprietária do terreno) para lá se instalar um parque aeronáutico. Mais informou que os projectos em discussão correspondiam a duas fábricas, uma a instalar em oito hectares e outra em seis hectares, e que ficava reservado um lote com 16 hectares para um futuro investimento, até 2015. *“A edificação destas unidades vão começar assim que estejam os loteamentos e os projectos aprovados, que se calcula que devam estar prontos dentro de quatro meses. Supõe-se que a construção demore um ano, significando isto que a laboração das fábricas começará no ano de 2010, sendo que se prevê que até 2015 haja uma terceira unidade, essa já possivelmente para construção de aviões. Agora o que se vai produzir são caudas e asas”*, precisou.

Sobre o «Skylander», divulgou que a «Geci Internacional» abriu ontem um concurso para 300 engenheiros aeronáuticos, a recrutar em Portugal, Espanha e França, tendo a informação que o projecto continuava a merecer a atenção das autoridades portuguesas e que a bolsa de Paris mantinha a cotação das suas acções num plano bastante aceitável, sublinhando que não estava nas suas mãos a respectiva decisão, mas sim nas dos investidores e dos proprietários.

Ainda com respeito aos pontos em análise, participou que se projecta um investimento perto dos 120.000.000 € e a implementação de 500 postos de trabalho directos e mais de 1000 indirectos, e que amanhã viriam dois técnicos responsáveis da EMBAER a Évora, para terem uma reunião com o Ministério da Economia, para efeitos de licenciamento industrial, outra com o Ministério do Ambiente, destinada a estudos de impacto ambiental por loteamento, e ainda outra com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Departamento de Ordenamento e Gestão da CME, com a finalidade de se concretizar as ideias dos loteamentos.

Acerca do apontamento do Sr. N. Leão, fez-lhe notar que os responsáveis da EMBRAER visitaram muitas vezes Évora, ao longo de dois anos, para verificarem as condições da cidade, em termos hospitalares, universitários, escolares, de vias e de emprego, enfatizando que o IEFP já estava a elaborar planos de formação orientados nesse esse sentido, acabando por observar que estiveram em disputa, para acolher os investimentos, as cidades de Castelo Branco, Salamanca, Talavera e Évora e que esta só ganhara porque fora mais competitiva e apresentara melhores soluções.

No que concerne à animação da urbe, venceu que o movimento de turistas que a visitam e o número de eventos que são realizados ao longo do ano contradiziam o seu pensamento.

O Sr. **Palma Rita** agradeceu os esclarecimentos prestados pelo orador antecedente e comentou que a sua intervenção não pretendia ser derrotista, mas sim realista, acentuando que os eleitos do PSD não eram ingénuos, porque já tinham tido a amostra daquilo que foram as promessas do PS em Évora, bastando, na sua óptica, contar aquelas que foram feitas e as que foram concretizadas.

Por outro lado, sustentou que a alocução do Sr. N. Leão tivera toda a razão de ser, dado que não bastava vir cá o Presidente Lula da Silva fazer um frete ao Governo português, para dizer que vinha cá investir qualquer coisa, achando que a cidade deveria ser competitiva noutra plano e que aquilo que o atrás citado declarara era verdade. Prossequindo, achou estranho que os homens da EMBRAER tivessem vindo tantas vezes a Évora e tivessem um conhecimento tão lúcido das coisas, porque quando alguém lhes perguntou qual era o tipo de funcionários que pretendiam recrutar, os mesmos responderam que ainda não tinham um perfil definido e que também não sabiam qual a modalidade concreta para o investimento nem como a fábrica iria ser montada.

Para concluir, e a propósito das palavras dirigidas pelo Sr. Presidente da edilidade ao seu correligionário (Sr. N. Leão), exprimiu que o supra mencionado é que deveria estar enganado, recordando que nas pretéritas eleições autárquicas houveram 1700 pessoas que não tiveram a mesma opinião, uma vez que deixaram de votar no PS.

Logo após, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **Gazimba Simão**, que transmitiu que, segundo o seu raciocínio, não se estava perante nenhuma miragem, intenção ou hipótese, mas sim face a um contrato assinado entre o Governo português e 3º maior construtor aeronáutico mundial, avalizado pelo Presidente do Brasil, recordando que o último grande investimento efectuado em Évora ocorrera há mais de 40 anos (a fábrica da Siemens). Continuando, afirmou que os projectos em debate eram mais um salto para o desenvolvimento do concelho, não deixando de realçar que quem dera o rosto por eles fora o Sr. Presidente da Câmara, com todos os riscos políticos que poderiam advir, e que o Grupo Municipal do PS apenas queria manifestar o seu regozijo por tal.

Falou seguidamente o Sr. **José Cardoso**, que lembrou que apenas se pedia à A. M. para se pronunciar sobre os dois pontos da agenda.

Paralelamente, sugeriu que fosse alterada a redacção do 2º parágrafo da 1ª proposta apresentada pelo Sr. R. Rosado, passando a constar: «A Assembleia Municipal de Évora (AME) reconhece o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo **município de Évora...**», advogando que o município eborense era constituído pela CDU, pelo PS e pelo PSD, ficando, assim, resolvido o impasse.

Reagindo ao derradeiro discurso do Sr. P. Rita, o Sr. **Presidente da CME** elucidou que o trabalho que estava a ser desenvolvido para recrutamento de pessoal, estava a ser acompanhado pela



presidência do IEFP e da respectiva Direcção Regional, bem como pelos técnicos da EMBRAER, sabendo que o mesmo apontava para um nível básico não inferior ao 9º ano de escolaridade, sendo preferencial o 12º ano, indo-se começar a formar, assim que estejam reunidas as condições necessárias, 150 jovens para o efeito. Mais esclareceu que os primeiros formadores virão do Brasil, que actuarão em associação com os técnicos do Centro de Emprego de Évora, cujas instalações foram visitadas pelos responsáveis da EMBRAER, que ficaram encantados com a qualidade e a diversidade das condições que são oferecidas aos jovens que as frequentam. Visitaram também, disse, uma unidade industrial, a J. Lobo, que consideraram uma das melhores que existe no mundo.

Voltando a intervir, o Sr. **António Murteira** defendeu que deveria haver alguma humildade por parte de todos os grupos presentes, cabeça fria e muita seriedade política, não devendo os mesmos «disparar mais tiros», porque poderiam traumatizar alguém, lembrando que há muitos munícipes desempregados e outros com salários baixos, os quais poderão criar algumas expectativas com as empresas mencionadas em epígrafe, podendo resultar numa grande frustração se os projectos não se materializarem. Contudo, afiançou que, na perspectiva de se concretizarem tais intenções, a CDU tudo faria para ajudar, adiantando que a dita iria votar favoravelmente a isenção dos impostos em apreço e o reconhecimento de interesse municipal e que estava disponível para se tentar encontrar uma redacção adequada que pudesse merecer o acordo do plenário.

O Sr. **Eduardo Luciano** tomou outra vez a palavra, frisando que se a Assembleia pretendia aprovar por unanimidade a isenção do IMI, do IMT e a declaração de interesse municipal, transmitindo para o exterior uma mensagem de união, bastava que houvesse uma proposta nesse sentido, sem considerandos, mas se o PS queria elogiar os seus Vereadores e o Sr. Presidente da Câmara, numa atitude de pré campanha eleitoral, então que apresentasse uma outra nesse sentido, que seria facilmente aprovada.

Acerca da alocução do Sr. Gazimba Simão, em relação à credibilidade destas duas empresas e do patrocínio do respectivo governo, tomou a iniciativa de ler uma notícia saída no jornal «Público», no dia 21.02.2006, com o seguinte teor: «A Câmara Municipal de Évora, em 8 de Fevereiro, decidiu pôr termo ao contrato de cedência de um terreno, que tinha estabelecido o ano passado com um empresário, que se afirma ser príncipe da Transilvânia. Mesmo assim, Ernesto Oliveira argumenta que o empresário belga trouxe até Évora personalidades estrangeiras, e até o actual Governo veio a confirmar a existência e a credibilidade dos investidores que apoiariam o seu projecto». Face ao exposto, comentou: *“Quanto ao facto de ser o Governo a determinar a credibilidade dos investidores, temos aqui este exemplo. Não estou a comparar as coisas, mas esse é um argumento um pouco ao lado”*.

Retorquindo às explicações dadas pelo Sr. Presidente da autarquia, o Sr. **Nuno Leão** fez notar que ninguém estava a ali a menosprezar os projectos, mas que o PSD estava preocupado, sim, com o futuro.

Simultaneamente, fez alusão a um livro publicado pelo referido edil, no qual classificou Évora como cidade de excelência, por, supostamente, a achar perfeita, achando que para esta urbe ser modelar lhe faltava, por exemplo, um grande espaço para feiras e exposições ou um complexo desportivo com pista de tartan.

Depois, o Sr. **Rui Rosado** regressou à utilização da palavra, advogando que o que se estava a passar era um debate político e não campanha eleitoral e que as forças da oposição estavam, ou não, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

engolir aquilo que lhes convinha. *“Deixemo-nos de inocências e de seriedades políticas, caro colega Murteira, porque aquilo que afirmou foi uma graça angelical, sendo que quando é para arrear os senhores não perdoam”*, expressou.

Ao mesmo tempo, opinou que a CDU estava a tentar comandar, inocentemente, aquilo que lhe interessava.

Por fim, solicitou à Mesa cinco minutos para o Grupo Municipal do PS poder ponderar.

Perante o explanado, o Sr. **António Murteira** perguntou à Mesa se se estava num debate político sobre o concelho de Évora ou numa discussão acerca do reconhecimento do interesse municipal dos projectos em equação, porque se fosse o primeiro caso as intervenções dos eleitos da CDU seriam outras.

Então, o Sr. **Presidente** respondeu que estava ali para analisar e votar aquilo para que fora expressamente convocado.

Ainda sobre a questão do perfil dos empregados a angariar pela EMBRAER, o Sr. **Palma Rita** informou o Sr. Presidente da Câmara que, após o seu regresso de férias, lera uma notícia num jornal (já não se lembrava qual, mas que tinha gravada a dita na sua «pen-drive»), a qual relatava claramente que os responsáveis da empresa tinham iniciado a ronda de prospecção de mercado pelo Vale do Ave, com cuja associação empresarial se reuniram para o efeito, tendo os jornalistas inquirido qual era o género de profissionais que pretendiam, sendo que eles responderam que não sabiam e que iriam percorrer o país e que após as diligências feitas nesse sentido talvez já tivessem uma ideia clara sobre o tipo de trabalhadores que queriam contratar.

A propósito das palavras proferidas pelo Sr. E. Luciano, alusivas ao alegado príncipe da Transilvânia, o Sr. **Francisco Chalaça** evidenciou que quando aparece alguém a querer investir ninguém vai pedir ao indivíduo que se faça acompanhar do registo criminal, admitindo que terá sido um erro igual àquele que a CDU caiu aquando do projecto dos «ultraleves», supondo que, na altura, não terá sido exigido aos respectivos investidores, pessoas pouco recomendáveis, na sua opinião, que apresentassem registo de criminalidade.

Simultaneamente, observou que a razão que levava a bancada do PS a reconhecer o papel da Câmara e do seu Presidente, era a mesma que levava a oposição a produzir textos e a publicá-los, associando o nome da edilidade e do Dr. José Ernesto aos casos de «flop's».

Em aditamento às teses explanada pelo orador anterior, o Sr. **Presidente da autarquia** esclareceu que houve um senhor, belga de nascimento, titular duma empresa legítima e legalmente constituída em Portugal (Falcon Winds, Lda.), que veio ao Departamento de Desenvolvimento Económico da Câmara e que disse que estava interessado em instalar um hangar em Évora, sendo que este último apresentou uma proposta à Administração Municipal para que fosse concedido o direito de superfície de um lote de terreno ao supra designado, a qual foi aprovada por unanimidade. *“Passado um mês, aparece esse senhor franco-belga, falando português com dificuldade, a afirmar que uma ministra de um determinado país africano queria ser recebida pelo Presidente da Câmara de Évora. É verdade que eu pedi ao Governo Português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que me confirmasse se a referida senhora era realmente ministra do país em causa. Após dois dias, o Ministério respondeu-me que era verdade. Essa individualidade veio a Évora, instalou-se no Hotel do Espinheiro, vinha acompanhada por um filho, quis falar comigo e disse-me que estava na*



*disposição de investir no tipo de avião que o senhor franco-belga pretendia, para fins humanitários no seu país.*

*O príncipe da Transilvânia é outra pessoa que não o homem dos aviões, que também cá veio e declarou que possuía capitais muito volumosos na América, bem como desejava investir em Évora. Como tudo isto me começou a cheirar a investimentos e a dinheiro a mais, sem se ver nada, tanto assim que o senhor não estava a pagar as prestações pela cedência do terreno, o Executivo deliberou por unanimidade, seis meses depois, anular o contrato. Portanto, ninguém foi enganado e a edilidade não foi lesada em coisa alguma. O homem não está preso, uma vez que foi prestar declarações ao tribunal e saiu em liberdade, com a única recomendação de não se aproximar mais das autarquias. Por sinal, esta situação foi despoletada na Covilhã, que, por acaso, é um município do PSD, mas ainda não o ouvi referir esse aspecto. Só quem não é presidente de câmara é que não corre esses riscos. Agora, utilizar-se isso para campanha política é mais que chicana, é usar, abusivamente, a verdade para a subverter e para tirar daí dividendos”, concluiu.*

Na sequência do pedido formulado pelo Grupo Municipal do PS, o Sr. **Presidente** interrompeu a sessão por um período de dez minutos.

Reatados os trabalhos, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que noticiou que a bancada do PS desejava introduzir algumas alterações às propostas, a saber:

**Documento n.º 1** (alusivo à empresa E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS, S. A.) – Substituir o título «**Deliberação**» por «**Projecto de Deliberação**»;

- 3ª linha do 1º parágrafo - Excluir a frase «...**projecto socialista para o...**»;

- 1ª linha do 3º parágrafo – Tirar a expressão «**O Grupo Municipal do PS...**», passando a constar no início do respectivo parágrafo «**A AME considera assim...**»;

- 1ª linha do 5º parágrafo – Retirar a frase «**Nestes termos, o Grupo Municipal do PS...**» ficando a redacção do parágrafo assim: «**A AME, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 4º do D. L. n.º 409/99, de 15/10, delibera que se:**».

**Documento n.º 2** (referente à empresa EC ESTRUTURA EM COMPÓSITO, S. A.):

- Substituir o título «**Deliberação**» por «**Projecto de Deliberação**»;

- 1ª linha do 2º parágrafo – Excluir a expressão «**O Grupo Municipal do PS...**», passando o parágrafo a ficar com o seguinte texto: «**A AME, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 4º do D. L. n.º 409/99, de 15/10, delibera que se:**».

Entretanto, o Sr. **Jorge Lourido** solicitou, igualmente, à Mesa um pequeno interregno, para que o G. M. da CDU pudesse reunir-se com o mesmo objectivo.

Então, o Sr. **Presidente** fez novo intervalo com a duração de dez minutos.

Retomada a sessão, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que alvitrou que fossem retirados os cabeçalhos das propostas que apresentara.

Com o principal objectivo de se tentar que saísse da assembleia uma posição unânime sobre os projectos em apreço, o Sr. **Jorge Lourido** participou que a CDU estava disposta a votar favoravelmente ambos os documentos, desde que no primeiro fossem incluídas mais as seguintes alterações:

- Acabar o 1º parágrafo em «**executado**», retirando-se a expressão «**desde 2001**»;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Que o texto do 2º parágrafo passasse a ser: «**A Assembleia Municipal de Évora (AME) reconhece o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Évora (CME) visando a instalação em Évora de um cluster aeronáutico, para materializar esse objectivo**».

Face ao exposto, o Sr. **Rui Rosado** venceu que o G. M. do PS não estava disponível para fazer tal retaliação na proposta, admitindo, todavia, a possibilidade de se excluir a datação do 1º parágrafo.

Em aditamento à sua anterior intervenção, o Sr. **Jorge Lourido** especificou que o motivo que levava a CDU a propor a segunda modificação fora o facto de a mesma não conhecer a estratégia negocial em questão, pelo que não fazia sentido votar favoravelmente o documento naqueles termos.

Entendendo que se estava perto da possibilidade de um acordo, o Sr. **Presidente** opinou que era vantajoso para todos que se gerasse um consenso e que o 1º parágrafo da primeira proposta deveria terminar na palavra «**Évora**» e não em «**executado**», porque assim a sua redacção ficaria com um português incorrecto.

Com referência ao 2º parágrafo, sublinhou que o único pormenor que estava em dúvida era a expressão «**estratégia negocial**», pelo que interrogou à bancada do PS se estaria de acordo em substituí-la pela palavra «**negociações**», julgando que, em caso afirmativo, existiriam condições para a CDU aceitar a proposta. Também neste contexto, transmitiu que, segundo o seu entendimento, a frase «...**reconhece o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela CME, sob a liderança do Dr. José Ernesto Oliveira...**» não passava duma mera matéria factual.

Após isto, o Sr. **Acácio Alferes** disse que concordava que no documento n.º 1 se fizesse alusão ao nome do Dr. José Ernesto, recordando que os projectos em debate tinham sido liderados pela CME e, principalmente, pelo seu Presidente.

Ao mesmo tempo, divulgou que soubera pela imprensa que os projectos vinham para Évora, tendo ficado bastante contente por tal, acrescentando que uma das tarefas mais nobres para defender os valores da esquerda é ter-se uma actividade pró-activa no fomento de postos de trabalho, sobretudo qualificados. *“Não compete à edilidade promover empregos directamente, mas compete-lhe, sim, criar condições que permitam aos investidores ver neste concelho uma terra de oportunidades. Já agora, penso que este é mais um sinal de inequívoca política de esquerda deste Executivo, depois de já ter lançado uma série de iniciativas de carácter social (o cartão do idoso, habitação social, etc.), e que estamos face a esta louvável acção de defesa do trabalho. É por isto que estes investimentos merecem a minha aprovação, o meu regozijo e até o meu orgulho”*, rematou.

Posteriormente, tomou a palavra o Sr. **Palma Rita**, que fez saber que o PSD concordava parcialmente com a sugestão apresentada pela CDU, nomeadamente em relação à frase «...**sob a liderança do Dr. José Ernesto de Oliveira...**», opinando que ela deveria ser retirada, para possibilitar o consenso da A. M.. Caso isso sucedesse, garantiu que o PSD votaria a favor, tal como fizera aquando da apresentação de uma moção por parte da bancada do PS, há uns tempos atrás, na qual se pedia que a Câmara intercedesse junto do Poder Central na concretização do projecto «**Skylander**», sendo de sua ideia que, agora, a regra deveria ser a mesma.

Entretanto, o Sr. **José Cardoso** ironizou que, ao longo dos anos, tudo o que tem acontecido de mal na CME tem sido atribuído aos seus Presidentes, mas que quando surgem coisas positivas já não se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

podem personalizar neles, não percebendo onde era que estava a diferença, na medida em que, na sua maneira de ver, tudo o que estava escrito nas propostas era verdadeiro.

Perante o desenrolar dos acontecimentos o Sr. **Presidente** perguntou ao colectivo qual eram as propostas definitivas para submeter à votação.

No que concerne aos alvites formulados pelo Sr. Presidente, o Sr. **Rui Rosado** informou que o G. M. do PS aceitava que, no documento n.º 1, o primeiro parágrafo terminasse em «**Évora**».

No que toca ao 2º parágrafo, que concordava apenas substituir a expressão «**estratégia negocial**» pela palavra «**negociações**».

Assim, e para que não subsistissem dúvidas, o Sr. **Presidente** leu integralmente a nova redacção da 1ª proposta, bem como uma outra que chegara à Mesa, elaborada pela bancada da CDU, a qual foi distribuída pelos presentes, pensando que esta última deveria ser desdobrada, na medida em que incluía os dois pontos num só, recordando que tinha de haver duas deliberações, cujos documentos se apensam a esta acta.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** revelou que a derradeira versão do primeiro documento apresentado pelo PS era alternativo ao da CDU.

Tais palavras levaram o Sr. **Presidente** a esclarecer que a proposta da CDU iria ser dividida em duas, sendo estas votadas em alternativa às do PS, lembrando que, neste caso, não havia lugar a abstenções, ou seja, ou se votava na uma força política ou na outra.

O Sr. Presidente concedeu, novamente, a palavra ao Sr. **Jorge Lourido**, que noticiou que a CDU retirava a sua proposta.

Por outro lado, e ainda com o propósito de se tentar gerar o consenso na votação, propôs que o 2º parágrafo do 1º documento apresentado pelo PS fosse alterado para: «**A AME reconhece o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela CME, cujo Presidente é o Dr. José Ernesto de Oliveira, visando a instalação...**».

Em resposta, o Sr. **Rui Rosado** classificou tal alvitre como ridículo.

Ripostando, o Sr. **Jorge Lourido** enfatizou que existem diversas formas de ridicularização, explicando que a referida proposta tinha a ver com a concepção de liderança e de funcionamento duma entidade colegial, isto é, o trabalho desenvolvido não cabia em exclusivo ao Presidente, mas sim ao grupo em que estava inserido.

Perante as posições das bancadas em apreço, o Sr. **Presidente** argumentou que seria mau para a imagem da A. M. se, por uma questão de pormenor, houvesse uma votação divergente, achando injusto que se negasse que fora o Sr. Presidente da Câmara o empreendedor deste processo, pelo que apelou às bancadas da oposição que reconsiderassem.

Por seu turno, o Sr. **António Murteira** exprimiu que o problema fora gerado pelo PS, ao querer misturar a discussão duma questão concreta com uma tomada de posição político-partidária, entendendo que a aludida força pusera os interesses partidários à frente dos interesses do município,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

exortando a mesma a retirar o 2º parágrafo da 1ª proposta, de modo a permitir o voto favorável da CDU.

De imediato, o Sr. **Acácio Alferes** insistiu que o principal trabalho fora feito pelo Sr. Presidente da autarquia, interrogando à bancada da CDU se lhe chocava a palavra liderança.

Findo o debate dos dois pontos em título, o Sr. **Presidente** avançou para a votação da primeira proposta apresentada pelo PS, alusiva à empresa «**E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS, S. A.**», a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e dois do PS, um da CDU e um do PSD) e dez abstenções (oito da CDU e duas do PSD).

Seguiu-se a votação da segunda proposta, respeitante à firma «**EC ESTRUTURAS EM COMPÓSITO, S. A.**», que foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e dois do PS, um da CDU e um do PSD) e dez abstenções (oito da CDU e duas do PSD).

**Declaração de voto de Sr. Eduardo Luciano:** “A CDU, hoje como sempre, não pode deixar de estar de acordo com o empenho do município na criação de condições facilitadoras para a instalação de empresas no nosso concelho, que criem postos de trabalho, que permitam fixar populações e dar resposta aos anseios de quem procura emprego. A instalação de empresas que respeitem o normativo legal na área do direito do trabalho e que promovam um emprego estável e com perspectiva de futuro, não pode, nem deve, ser motivo de chicana político-partidária ou de utilização para fins eleitoralistas. Estando de acordo com estes princípios, não podemos deixar de lembrar as expectativas criadas e nunca cumpridas por outros projectos que foram apresentados aos eborenses como o milagre da multiplicação dos postos de trabalho. É curioso como tais anúncios surgem sempre em período pré eleitoral, com a devida cobertura mediática, não havendo nunca a preocupação de alertar para a possibilidade de tais projectos não passarem disso mesmo: declarações de intenções. A 19 de Julho de 2004, o senhor Presidente da Câmara anunciava a instalação de uma empresa aeronáutica que iria criar 60 postos de trabalho, que envolveria o «recrutamento de mão-de-obra jovem e quadros da nossa região». Em Setembro de 2005, um folheto de propaganda eleitoral do PS anunciava que a Câmara Municipal abria caminho a 950 novos postos de trabalho, referindo que a «Falcon Wings», empresa de capitais belgas, iria investir cerca de três milhões de euros numa unidade industrial. Como é do domínio público, o representante do príncipe da Transilvânia, que tantos milhões investiria, embora não se encontre preso, está proibido de contactar com autarquias para «vender» o conto do vigário. Em 4 de Fevereiro de 2006, o jornal «Público» anunciava o arranque, ainda nesse ano, da instalação, em Évora, de uma fábrica de aviões «Skylander». A 4 de Julho de 2006, o sempre disponível «Diário do Sul» anunciava que a fábrica de aviões poderia chegar no Outono, sendo que a certificação e as primeiras entregas no mercado iriam ocorrer em 2007. Em 3 de Julho de 2006, o Sr. Presidente da Câmara afirmou ao jornal «OJE» que já existiam encomendas para o «Skylander» e que as infra-estruturas arrancariam ainda nesse ano. A 20 de Setembro de 2006, o Diário do Sul anunciava: «GECI» confirma início da produção do «Skylander» no próximo ano. A 8 de Fevereiro de 2008, o mesmo jornal noticiava que o projecto ia arrancar em Abril deste ano, prevendo-se a entrega do primeiro avião dentro de três anos. Seria fastidioso continuar a enumerar as notícias que falam de milhões de euros e de milhares de postos de trabalho. Certo, certo é que, até hoje, nada aconteceu e agora temos mais um anúncio, desta vez com o patrocínio do próprio primeiro-ministro. Como já afirmámos, somos inteiramente a favor de todos os esforços que se traduzam na criação de emprego



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*no nosso concelho, mas não podemos deixar de condenar veementemente a abusiva utilização das legítimas expectativas dos cidadãos para ganhar eleições. Menos «outdoors» a anunciar voos e mais trabalho árduo, que permita concluir da viabilidade dos projectos apresentados, é o que se exige. Esperamos que, desta vez, à pompa do anúncio se siga a necessária concretização. O nosso voto reflecte isso mesmo: sim à criação de alavancas de desenvolvimento, não à demagogia barata e às encenações quase circenses em volta de assuntos sérios. A nossa abstenção deve-se à tentativa de partidarização, por parte do PS, deste momento importante para a vida do concelho”.*

Declaração de voto do Sr. **Palma Rita**: “O PSD, publicamente e particularmente, todos os esforços desenvolveu para que o «cluster» aeronáutico fosse uma realidade em Évora e está solidário com a Câmara Municipal e com os esforços desenvolvidos pelo seu Presidente para que isso acontecesse. Achamos que o Sr. António Murteira tem razão numa coisa: este 2º parágrafo poderia ter sido retirado do texto, porque o que viemos aqui discutir foi outra coisa e não esta. Daí a minha abstenção”.

Declaração de voto do Sr. **Gazimba Simão**: “Votei favoravelmente estas deliberações, porque entendo que é uma óptima solução para o concelho e porque se inicia um novo ciclo para Évora. Regozijo-me pelo facto do Presidente da Câmara ficar sempre ligado a este projecto, quer a CDU queira ou não”.

### APROVAÇÃO EM MINUTA

O colectivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **1** e **2** da ordem do dia da presente sessão, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Já fora do contexto da ordem de trabalhos, o Sr. **Jorge Lourido** interpelou a Mesa no sentido de que a mesma fizesse um convite a Nelson Évora, para fazer uma visita à nossa cidade, como forma de reconhecimento por ter ganho, hoje, uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Aproveitando o ensejo, o Sr. **Presidente da autarquia** informou que, assim que tomara conhecimento da conquista da prova de triplo salto pelo atleta em questão, escreveu ao Sr. Presidente do Comité Olímpico Português, para lhe transmitir as felicitações da CME e da urbe, convidando-o a visitá-la, com o propósito de ouvir o agradecimento e o aplauso de todos os eborenses, associando a isso os Órgãos municipais, designadamente a AME.

Como ninguém da assistência desejou intervir, o Sr. **Presidente** deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e três minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.



---

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos  
**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa  
**2º Secretário** – João Luís Latas Lázaro

**(Acta aprovada, na sessão de 27/09/2008, por maioria, com 27 votos a favor e 9 abstenções)**